A "virada lingüística", pós-modernismo e história do trabalho*

Dick Geary**

Resumo: Este artigo discute mudanças ocorridas na natureza da escrita da história da classe trabalhadora europeia no final do século XX. Apresenta alguns dos argumentos da crítica efetivada pela historiografia britânica pós-moderna à história "tradicional" do trabalho – supostamente ancorada no determinismo econômico e em uma teleologia da consciência de classe –, e indica de que forma alguns historiadores britânicos foram influenciados pela "virada lingüística" e por certos aspectos do ceticismo pós-moderno. O texto conclui propondo algumas teses sobre a mudança das identidades da classe trabalhadora da virada do século XIX até os dias de hoje.

Palavra chave : Trabalho - História - Pós-modernidade.

Abstract: This article deals with changes in the nature of historical writing about the European working-class in the late twentieth-century. It discusses some of the critical arguments of the postmodern British historiography concerning "traditional" labour-history - supposedly anchored in economic determinism and in a teleology of class consciousness -, and indicates how some British historians have been influenced by the 'linguistic turn' and aspects of postmodern scepticism. In the concluding section it proposes a few and schematic theses about changing working-class identities from the turn of the XIX century to the present day.

Key word : Labour - History - Post-modernism.

Prólogo

Esse trabalho refere-se primeiramente às mudanças na natureza do escrever a história da classe trabalhadora europeia ao final do século XX e não a uma história do trabalho nos últimos cem anos (uma distinção decididamente não pós-moderna, mas nem por isso menos signifi-

** Professor do Programa de Pós-graduação de História, Universidade de Nottingham, Inglaterra.

cativa). De todo modo, em sua parte final propõe algumas rápidas e altamente esquemáticas teses sobre as mudanças na identidade da classe trabalhadora, da virada do século XIX até os dias de hoje.

Confissões autobiográficas

A teoria pós-moderna informa que não existem historiadores desinteressados, que a escrita histórica é sempre autobiográfica e sempre que escrevemos história, “privilegiamos” uma “narrativa” histórica em detrimento de outras “narrativas” possíveis. É preciso compreender que excluimos, da mesma forma que incluímos, na narrativa que escolhemos; e reconhecer, e de alguma forma justificar, as escolhas que foram feitas. Em sendo assim, começo este “*paper*” com uma série de confissões autobiográficas.

Tornei-me um “historiador do trabalho”, se é que é isso que sou. Nos anos 1960 optei por escrever sobre classe e conflito, porque, devido a razões obviamente autobiográficas, eu queria, ao mesmo tempo, expor a injustiça social e destruir suas bases. Como estudante em Cambridge em meados dos anos 60, os estudos do trabalho e da teoria marxiana (de onde eu realmente comecei) deveriam ser um instrumento deste projeto de libertação. Meu primeiro livro, *European Labour Protest (1848-1939)*, embora publicado muito tempo depois (1981), tem suas origens nessa agenda e preocupa-se, sobretudo, em identificar os fatores que alimentavam o protesto coletivo da classe trabalhadora. Mesmo assim, minha narrativa, como a de muitos de meus contemporâneos, foi capaz de incorporar alguns dos principais eixos das críticas pós-modernas à história do trabalho “tradicional”, supostamente ancorada no determinismo econômico e em uma teleologia de consciência de classe. *European Labour Protest* reconhecia que conceitos de classe apenas indireta e problematicamente relacionavam-se à “industrialização”; que encontraram sua primeira expressão no protesto artesão; que os trabalhadores das formas mais modernas de produção industrial raras vezes lideraram o protesto trabalhista antes de 1914; e que a organização do trabalho, nesse período inicial, recrutava predominantemente pessoas qualificadas do sexo masculino e não assalariados “em geral”. Assim, não havia conexão necessária entre ser um trabalhador e o que se costumava descrever como “consciência de classe”. Também pude perceber, sem a ajuda da teoria pós-moderna e como muitos outros historiadores do trabalho, que opções religiosas, questões de

etnia, gênero, geração e localidade (*locality*, no original) muitas vezes ameaçaram, fragmentaram, dissolveram ou destruíram a solidariedade de “classe”; e, onde tal solidariedade de fato existiu não necessariamente teve caráter permanente. *European Labour Protest* estava convencido que para a produção de identidade e de ação de classe, a política e o Estado eram mais centrais que o mercado. Desde então, muitos desses pontos se tornaram obviedades pós-modernas. Em meu caso pessoal, no entanto, essas posições não resultaram de qualquer reorientação teórica ou de um desprezo às “meta-narrativas” (à Lyotard). Ao contrário, resultaram da observação dos movimentos do trabalho em diferentes regiões e diferentes países, em tentativas de comparação. O protesto coletivo e a identidade de classe ainda constituíam minhas narrativas centrais; e meu trabalho ignorava amplamente, a menos de algumas pinceladas rápidas, a questão de gênero. Eu também falei muito pouco sobre o agir (distinto de estrutura) e menos ainda sobre o papel da cultura e da comunidade na formação de identidades.¹

No início dos anos 90, mais uma vez como muitos dos meus contemporâneos, passei a me interessar mais pelos elementos que fragmentavam a solidariedade de classe do que por aqueles que a fomentavam – naturalmente, tanto por motivações políticas como acadêmicas. Opções religiosas, questões de etnia, de gênero, geração e nacionalidade se fizeram mais presentes do que em meu trabalho anterior. O mesmo ocorreu em relação a trabalhadores conservadores, trabalhadores católicos, trabalhadores nacionalistas, “classe trabalhadora Tory” e mulheres trabalhadoras, embora neste último caso o tratamento tenha sido superficial. O fato de que o trabalho industrial ou a experiência no local de trabalho não necessariamente explicava ou dava origem à solidariedade de “classe” (diferentemente de ocupação ou local) passou a ser mais enfatizado que antes; tornei-me mais consciente da coexistência de múltiplas identidades da classe trabalhadora. E, no entanto, meu ponto de vista de forma alguma era “pós-moderno”. Eu ignorava totalmente a “virada lingüística”, os pós-modernistas franceses e historiadores como Hayden White, cuja crítica a toda grande teoria, mas especialmente ao marxismo, me parece hoje extremamente familiar – mesmo antiquada –, possivelmente “*démodé*”.

Eu ainda procurava explicar as diferenças internas à classe trabalhadora nacional basicamente em “ultrapassados” termos estruturais – desenvolvimento econômico desigual, diversidade de sistemas de pagamento, diferenças de qualificação profissional, de estruturas social e de

habitação, as múltiplas e freqüentemente conflitantes experiências de jovens e velhos, homens e mulheres no trabalho, no mercado e crucialmente no mundo da política. Mas, com todo respeito a Patrick Joyce e Gareth Stedman Jones, não se tratava de política construída como discurso. O que me preocupava, ao contrário, eram os fatores concretos de constituição, os regimes de comportamento durante as greves (tolerância ou repressão), as muitas políticas dos empregadores em relação aos trabalhadores (participação ou não na negociação coletiva), e a força ou debilidade histórica do liberalismo político.²

Embora recentemente tenha me voltado mais à cultura da classe trabalhadora alemã, para mim a cultura é elaborada no espaço de cidades reais, em tipos diferenciados de comunidades habitacionais. A meu ver, comunidades não são simplesmente “imaginadas”, mas construídas em espaços de tijolos e argamassa. Jamais acreditei que a identidade fosse constituída primeiramente ou independentemente pela linguagem ou pela cultura, não obstante a sua importância³. Entretanto, para a visão estereotipada, é exatamente nesta assertiva – que comunidades e identidades são constituídas pelo discurso cultural e não pela realidade estrutural – que reside o caráter distintivo de boa parte da história social pós-moderna.⁴

Classe e a “nova história do trabalho”

Na Inglaterra, França e nos EUA uma nova história do trabalho emergiu informada por correntes de pensamento pós-moderno e pós-estruturalista, sobretudo pelas influentes obras de Derrida e Foucault. Partindo do estudo de Derrida sobre a autonomia do texto e da linguagem (*il n'y a pas de hors-texte*) e da insistência de Foucault de que o discurso constitui e expressa os sujeitos e os objetos, esta historiografia rejeita a compreensão positivista em relação à mudança histórica e, particularmente, as posições históricas enraizadas no “reducionismo econômico”. Seguindo Jean François Lyotard, a condição pós-moderna é incrédula em relação a todas as meta-narrativas. A história versa sobre o único e o contingente; e portanto deve deixar de lado questões não resolvidas de causalidade (embora a maior parte dos historiadores influenciados pelo pós-modernismo tenda a esquecer este ponto em suas formulações, o que mais adiante critico como determinismo lingüístico ou cultural).

A "virada lingüística", pós-modernismo e história... • 39

A *nova história*, liderada por Hayden White, Dominick La Capra e Paul Ricoeur, contesta, ademais, explicações engendradas em termos de interesses, especialmente quando estes são construídos de modo "objetivo", e é cética quanto a toda pesquisa histórica que privilegia a classe em detrimento de outras identidades, tais como gênero, etnia, nacionalidade e comunidades intra-classe. (A rigor, o pós-modernismo mais ortodoxo recusa qualquer meta-narrativa, mesmo as de gênero, etnia ou nação). A história deixa de ser um relato do passado e torna-se um terreno de disputa entre narrativas ou discursos, eles próprios construídos de forma autobiográfica. Comunidades são "imaginadas", e não criadas por uma realidade social independente da linguagem ou da cultura. Classes e comunidades (...) são sempre frágeis, mutantes, transitórias, e se sobrepõem. A diversidade é afirmada e não a unidade. As identidades são forjadas durante a ação, a partir do engajamento com discursos culturais e políticos; não existem realidades sociais prévias que possam dar origem às ações, à linguagem e cultura.

Desnecessário dizer que tal posição tem por horizonte uma antiquada teleologia de formação de classe que começaria e terminaria com a industrialização e a proletarização. Nesse sentido, uma das primeiras vítimas ou alvos da virada lingüística e da teoria pós-moderna foi uma história do trabalho concebida em termos de um conceito de classe economicamente determinado, e fora de moda, bem como pesquisas históricas que têm na classe sua narrativa dominante.⁵ Alguns dos historiadores franceses e britânicos que discutiremos adiante recusam o rótulo pós-moderno, e poucos vêem a pesquisa histórica como apenas autobiográfica. Mas seu trabalho foi fortemente influenciado pela virada lingüística e por certos aspectos do ceticismo pós-moderno. Tendem a minimizar explicações baseadas em termos da estrutura sócio-econômica e afirmam o papel formativo da linguagem e da cultura. Nesse sentido, a denominação "pós-estruturalista" talvez lhes seja mais adequada.

Na historiografia do trabalho francesa a narrativa sobre a formação de classe passou por uma grande transformação e separou-se da antiga narrativa da industrialização e suas conseqüências. Sonnenscher, por exemplo, identificou as raízes da solidariedade entre os artesãos em uma linguagem pré-industrial e, sobretudo, no âmbito da lei (certamente um tema muito negligenciado e que pode esclarecer, por exemplo, a rigidez da divisão entre colarinhos azuis e brancos na Alemanha no início do

século XX). O pioneiro estudo de Sewell sobre a identidade dos artesãos ativistas (*radical*, no original) na França da primeira metade do século XIX, é cético sobre explicações sócio-econômicas e concentra sua atenção na linguagem e em tradições culturais pré-industriais, relacionando-as tanto à linguagem própria e tradicional dos artesãos, como ao discurso da Revolução Francesa. A seu ver, ambas são de primordial importância na constituição da identidade do trabalho na França na primeira metade do século XIX. Reddy também insiste no poder e na permanência de discursos pré-capitalistas no trabalho francês antes da primeira guerra mundial. Para ele o mercado é uma construção cultural e não meramente uma realidade econômica. Jacques Rancière enfatiza a natureza mítica da identidade do artesão, e a análise de Traugott, dos dias de Junho de 1848, reconhece que identidades e solidariedades foram forjadas durante as lutas políticas e não resultaram de uma prévia estrutura de classe.⁶

Na Inglaterra, uma historiografia igualmente significativa tem procurado eliminar a centralidade da classe de sua narrativa. Ao contrário, tem enfatizado solidariedades entre classes e não divisões de classes. Por exemplo, Linda Colley vê o patriotismo como um tema unificador da Inglaterra nos séculos XVIII e início do XIX; Sonya Rose aponta para a relevância do gênero e não a de classe; e Gareth Stedman Jones, Patrick Joyce e James Vernon substituem uma narrativa de classe por um “populismo” sem classe. De forma um pouco diferente, o trabalho de John Benson enfatizou o campo essencialmente privado e não político dos trabalhadores como consumidores.

Olhando mais de perto dois desses autores: Stedman Jones em seu estudo pioneiro sobre o movimento Cartista, examina cuidadosamente a linguagem de seus adeptos e conclui que sua ideologia estava enraizada em um discurso de populismo e radicalismo, não específico de classe. Ele afirma também, categoricamente, o primado da linguagem na construção da realidade social: para esta perspectiva a linguagem não é produto da experiência, mas de fato constitui, dá origem à experiência.

Da mesma forma, Patrick Joyce discute uma retórica populista. Embora admita que esta retórica nunca esteve completamente despida de aspectos de classe, afirma a autonomia da linguagem e da cultura. Joyce reconhece a coexistência de diferentes identidades, algumas vezes contraditórias, entre os trabalhadores britânicos (ou mais propriamente ingleses) e, como já assinalado, não nega a existência de classe.

Mas nega, no entanto, que classe tivesse tido mais importância do que a inexistência de classe (*classlessness*, no original) na sociedade britânica antes da I Guerra Mundial. Para Joyce, assim como para Vernon e Stedman Jones, o discurso dominante do trabalho inglês antes de 1914 era o do populismo ativista (*radical*, no original), um discurso político, e não uma retórica de classe supostamente elaborada na experiência do trabalho assalariado industrial. Como no caso de Stedman Jones, o primado da produção na construção da identidade do trabalho é questionado e o discurso político substitui a estrutura econômica como o fator formativo mais importante. Joyce vai ainda mais longe ao afirmar que o único acesso ao passado é mediante o texto.⁷

A arrogância desta última afirmação é o objeto deste ensaio. A melodia e o libreto de uma ópera nem sempre contam a mesma estória. Ocorre igualmente com palavras e ações históricas, ainda que só possamos descrever estas últimas mediante a linguagem: mesmo que as palavras nunca estejam livres de contaminação ideológica e as ações sejam sempre passíveis de diferentes interpretações. O argumento de que a linguagem constitui o único acesso à "realidade" não é evidente por si mesmo; e ainda que esse argumento fosse consistente, dele não se poderia inferir que não há realidade separada da linguagem. Na verdade, os historiadores influenciados pela teoria pós-moderna raramente, quando muito, chegam ao ponto de defender esta argumentação, o que tornaria qualquer distinção entre história e ficção insustentável.

Em alguns de seus aspectos, as conquistas da nova história do trabalho após a virada lingüística têm sido enormes. Seus proponentes evitaram que a história do trabalho se tornasse um "necrológio de esperanças frustradas" (John Saville); foram mais rigorosos na destruição de prosserias teorias reducionistas sobre a formação de classe; e abriram nossos olhos para o significado de identidades dos trabalhadores diferentes das de classe. É preciso afirmar, entretanto, mesmo reconhecendo o valor da contribuição de historiadores pós-modernos, que muitos de nós conhecíamos várias dessas identidades há tempos atrás. Historiadores pós-estruturalistas (muitos dos quais recusam o rótulo de historiadores do "trabalho" ou "sociais" e rejeitam a caracterização pós-moderna) corretamente reintroduziram a dimensão política na equação sócio-histórica. Acima de tudo nos ensinaram a sermos mais críticos em nossa leitura dos "textos" do trabalho, a prestar a devida atenção à linguagem

42 • Dick Geary

e a atribuir-lhes significados mais adequados, e a dar conta da fragilidade e transitoriedade das identidades.

Independente do fato de concordarmos ou não com as conclusões de Joyce, Stedman Jones ou Sewell, é inegável que o seu trabalho tem sido rigoroso em seus detalhes, tanto quanto em sua fundamentação teórica, e a história do trabalho não pode continuar sendo não-reflexiva como antes. Por outro lado, a freqüente e simplista desqualificação da nova historiografia como “modismo” (...), como realizada pelos empiricistas anglo-saxões, não é suficiente para restaurar uma história do trabalho positivista e não-reflexiva. (Devo confessar que de certa forma partilho desta rejeição instintiva, porque o simples ‘mergulhar’ nos *textos* do trabalho pode fazer perder de vista a materialidade do trabalho manual, a atuação e a ação da classe trabalhadora). Apesar disso, as reivindicações metodológicas de alguns pós-modernistas devem ser contestadas em outras bases, diferentes do forte desejo pessoal (*autobiographical*, no original) de lhes dar um soco no nariz (e assim fazer surgir uma realidade que dificilmente seria constituída pela linguagem!).

A virada lingüística e o método histórico

Estão longe de serem uma novidade as conclusões dos historiadores que se preocupam em debater a centralidade de classe e afirmar a existência de outras identidades na história britânica do trabalho antes de 1914. De fato, algumas vezes Joyce (em menor medida), Stedman Jones e Vernon (em particular) parecem definitivamente parciais, nostálgicos e “liberais” (*Whiggish*, no original), quando se regozijam com os valores tradicionais da sociedade inglesa. Por outro lado, historiadores do trabalho há muito tempo reconhecem que renda, qualificação, ocupação, localidade, região, religião, lealdades políticas, tradição e consumo são fatores que desempenham algum papel na diferenciação dos pensamentos e ações dos trabalhadores. A novidade agora, é a insistência dessa nova história no primado da linguagem e da cultura. (A rigor, esta afirmação contradiz os mais caros princípios pós-modernos que, em sua insistência no fragmento, recusam qualquer explicação causal, além de rejeitar a distinção dualista entre o cultural e o material).

O meu primeiro problema em relação à reivindicação de que a linguagem, ou o texto, constitui, e não apenas reproduz, a realidade, reside

em seu estatuto epistemológico. De que forma uma reivindicação da prioridade lingüística ou cultural se diferencia metodologicamente de uma outra que afirma que as identidades são primeiramente determinadas por estruturas econômicas? Estas posições são filosoficamente insustentáveis, a menos que pudessem oferecer uma metodologia de pesquisa que substanciasse uma afirmação contra a outra. Nenhuma das duas jamais fez isso de modo satisfatório. Até o momento as duas afirmações permanecem essencialistas e fechadas na competição entre um difuso reducionismo lingüístico/cultural/político, por um lado, e um grosseiro determinismo econômico por outro. Além disso, ambas (primado da cultura X primado da economia) baseiam-se na possibilidade de efetivar distinções significativas entre o cultural e o material (uma conhecida e familiar distinção entre mente e matéria), e assim se transformam em um novo e desacreditado dualismo cartesiano. Tal dualismo naturalmente contradiz a crítica pós-moderna da insustentável distinção entre linguagem e realidade, justamente o alvo central de Foucault.

O problema é que alguns dos historiadores do trabalho influenciados pela teoria pós-moderna, como Patrick Joyce e Gareth Stedman Jones acabam por afirmar o primado da linguagem e da cultura e, portanto, por desenvolver um entendimento apoiado em termos dualistas. Mais ainda, o estudo de um problema particular em um período particular (o Cartismo na Inglaterra, a atuação política dos artesãos na França), em si mesmo, jamais poderia se constituir na afirmação de uma premissa universal, o primado da linguagem e da cultura - ainda que, nesse caso específico, esse estudo tivesse negado e desqualificado explicações de ordem estrutural/econômica/social.

Análises que tomam por base a estrutura econômica e social podem não fornecer respostas satisfatórias a questões históricas específicas; se isto ocorre, é porque o conceito de classe genérico ou explicações genéricas são inadequados. As respostas também podem ser insatisfatórias, tanto em sua inconsistência ou aplicabilidade específica, na medida em que ainda encontramos aspectos de classe ou campos de existência e experiência materiais subpesquisados ou inexplorados. Ou ainda porque a compreensão da estrutura social e econômica é inadequada. Por exemplo se o conceito de classe é anterior ao crescimento da manufatura industrial, isto não significa necessariamente que sua origem resida apenas na instância do discurso ou da cultura, nas áreas do não-econômico, ou exclusivamente

no campo do não-econômico. (E, por certo, não existe tal coisa como estrutura/evento/ação, que seja puramente econômica).

Uma análise das transformações das estruturas de dependência no local de trabalho do artesão, ou das mudanças das relações de poder entre os capitalistas mercantis e artesãos independentes (só no nome), por exemplo, torna-se com certeza mais útil à compreensão do socialismo do artesão do que qualquer abordagem sobre a mecanização industrial e do trabalho fabril. Todavia, essa análise indica que as transformações na organização da produção eram centrais para mudar a identidade do artesão, como revela a obra de John Breuilly, um dos poucos realmente comparativistas, mesmo se a velha e simples narrativa da industrialização seja inadequada.⁸

A emergência de respostas similares, por parte dos artesãos, ao fenômeno do capitalismo mercantil na Grã-Bretanha, França e Alemanha, na primeira metade do século XIX questiona qualquer explanação de caráter especificamente nacional, formulada em termos puramente culturais ou lingüísticos. Esse aspecto explica a minha dificuldade com as conclusões de Sewell sobre o radicalismo artesão na França. Pois, as semelhanças no discurso e no comportamento dos artesãos ingleses e alemães, em relação a seus pares franceses, sugerem que há limites para a explicação de Sewell, essencialmente nacional-cultural e com o seu foco sobre a linguagem da Revolução Francesa. Além disso, Reddy e Joyce também reconhecem e dão importância à permanência de trabalho não-fabril, de pequena escala, i. e. a persistência de um discurso pré-industrial é contextualizada em seus estudos.⁹ Na prática, portanto, bons historiadores não têm o texto ou a linguagem como ponto de partida, quaisquer que sejam seus princípios sobre a primazia lingüística ou cultural.

Um segundo problema diz respeito à premissa da linguagem como uma constituinte independente da realidade social. Até pode ser verdade que só se possa compreender e construir a realidade através da linguagem e da cultura. Entretanto, entendo que a experiência física exista neurologicamente e sem palavras. Mas isso não significa que a realidade não exista fora da linguagem, nem que não haja conexão entre significativo e significante. Linguagem não é necessariamente ou sempre intencional. O historiador que negar que não exista nada "lá fora" ("out there", no original) além de nossas construções culturais, deve abandonar a profissão. Afinal, a história não é ficção e devemos estar cientes das regras

de evidência, que necessariamente excluem alguns tipos de interpretação, mesmo que não nos garantam nenhuma segurança. (Naturalmente poucos pós-modernos chegam a esse ponto). E apesar da opinião de alguns pós-modernistas, a narrativa não se constitui em explicação.¹⁰

Tal ponto de vista pode ser originário de um particular estilo intelectual francês; mas é apenas um estilo, e um estilo decididamente "*passé*" (em francês, no original), mesmo em seu país de origem. Pode-se mesmo afirmar que a preferência pela teoria cultural e lingüística francesa obscurece outras "vias" de entendimento, possivelmente mais interessantes. Existe mais do que um tipo de teoria crítica, e uma boa parte da "análise de discurso", especialmente no corpo lingüístico anglo-saxão, não apenas não reivindica o primado ou a autonomia da linguagem/texto, mas considera que "linguagem" e "textos", tão caros aos historiadores pós-modernos, são problemáticos e inconsistentes até que sejam contextualizados.

De fato, para analistas de uma escola de discurso, mesmo as formas gramaticais particulares relacionam-se não apenas ao contexto da linguagem, mas também, tanto ao contexto imediato da "fala" (*speech*, no original), como a contextos políticos e de poder não textuais e mais distantes (Halliday). Significativamente, Zellig Harris, que cunhou o termo "análise de discurso" em 1952, preocupava-se em "relacionar "cultura" e linguagem (i.e., comportamentos lingüísticos e não lingüísticos)." Para Van Dijk importa não apenas como a linguagem é usada, mas quem a usa e quando a usam, i.e., significado e contexto não podem ser dissociados: "as pessoas usam a linguagem para comunicar idéias e crenças... e fazem isso como parte de fatos sociais mais complexos". Nesse corpus de trabalho portanto, como no caso de Foucault, o discurso, ao mesmo tempo, constitui e representa a realidade. O objetivo central do estudo de linguagem de Norman Fairclough, por exemplo, integrou a análise de discurso com a análise da mudança sócio-cultural.¹¹ Fairclough pode estar equivocado nesse empreendimento. Mas, para muitos analistas do discurso, a linguagem e seu significado não são abstraídos do contexto externo. Não se trata aqui de afirmar que Joyce e Stedman Jones estejam errados em aprender com a análise de discurso pós-estruturalista, mas sim de apontar que muitas dessas análises afastam-se de qualquer primado da linguagem, do texto ou âmbito cultural autônomo.

O fato de que o contexto deve dar significado à linguagem e a textos – oferecer múltiplos e diferentes significados para linguagem e

textos – é uma conclusão central da moderna análise do discurso e metodologicamente nega a possibilidade do primado da linguagem ou do texto. Mais ainda, o uso de uma mesma e herdada terminologia, em si mesmo, não indica um significado central e imutável. Nessas bases, Dorothy Thompson e outros questionam a leitura que Stedman Jones faz dos textos chartistas. Da mesma forma, Axel Körner demonstrou como uma continuidade na linguagem das canções da classe trabalhadora francesa entre 1840 e 1890, invocando uma terminologia republicana e popular (distinta de classe), não exclui a crescente centralidade de classe no seu significado. Eu mesmo tenho discutido que a adoção dos mesmos textos pelas organizações culturais de trabalhadores alemães e aquelas da classe média alemã (como no caso de Goethe ou Schiller) não indica uma identidade de compreensão ou exclui classe; isto porque a leitura dos mesmos textos era freqüentemente diferente.¹²

Este aspecto nos traz de volta, uma vez mais, ao contexto e ao social. A abertura dos textos impede o tipo de leitura essencialista que informa o trabalho tanto daqueles que lêem apenas classe, como dos que lêem apenas narrativas populistas. Quando se trata da leitura populista dos seus próprios textos, nossos novos historiadores devem aceitar a injunção sendo mais “céticos” e “jocosos”, i. e. eles podem se utilizar das mesmas ferramentas críticas contra a sua própria narrativa do populismo, como fazem contra a narrativa de classe. Stedman Jones está certo quando afirma que o termo classe deve ser analisado em seu contexto lingüístico; mas este contexto lingüístico não é nem singular nem autônomo em relação a outros contextos não necessariamente lingüísticos. Isto não significa dizer que a leitura populista em si mesma é incorreta (e sabe-se que Stedman Jones tem perfeita consciência do contexto histórico). Mas significa afirmar que a negação de explicações materiais ou estruturais da identidade ou da narrativa de classe não pode ser conduzida apenas por esta metodologia lingüística ou culturalista. É significativo que muitos historiadores da tendência cultural/lingüística raramente se envolveram em qualquer tentativa sistemática de fornecer um status epistemológico às suas afirmações sobre o primado ou a causação (embora nesse ponto eles não estejam sozinhos), além de indicar os limites das formas mais vulgares do reducionismo econômico e desvelar as teleologias de classe, freqüentemente inconscientes, que marcaram muito da história do trabalho passada. (Nesse último caso eles não deixam de ter toda razão).

O seu trabalho nos faz pensar sobre a linguagem e a cultura. Sob esse aspecto, nos prestaram um grande favor em refinar nossa compreensão de identidades históricas e da precariedade de narrativas dominantes. Esse refinamento, entretanto, não se constitui na explicação, heurística ou ontológica, do primado da linguagem ou da cultura. Como também, não significa que o conceito de classe seja invariavelmente equivocado ou redundante, seja como um recurso heurístico ou como uma realidade vivenciada por atores históricos individuais. Substanciar ou negar tais reivindicações quanto à questão do primado supõe a descoberta de um método de investigação que possa demonstrar ou negar as afirmações sobre a autonomia da linguagem e da cultura. Estou longe de ter certeza sobre o que tal metodologia deveria ser. Mas...

"Um mundo material" (Madonna)

Não desejo propor que classe ou outras identidades sejam determinadas por alguma "realidade econômica". Tal posição é tão problemática quanto as reivindicações sobre o primado lingüístico e cultural; e não há realidade que seja puramente econômica, como já vimos. Concordo com Patrick Joyce quando ele afirma que "a classe chegou como um conto de fadas e por muito tempo permaneceu subordinada a outras formas de ver a ordem social" e que "versões ideológicas da ausência de classe constantemente se auto-reproduzem".¹³ Em meu próprio trabalho assinalo que, onde uma abrangente identidade de classe (distinta de 'ocupação') torna-se historicamente significativa e, em particular, quando se manifesta na arena política, este processo em geral está relacionado a fatores externos ao lugar do trabalho e ao campo da produção - particularmente a aspectos da cultura popular, estruturas residenciais, atitudes de outros grupos sociais e, acima de tudo, à natureza do Estado e ao papel criativo de instituições e partidos políticos.

Como muitos historiadores do trabalho, reconheço a existência de um conjunto de preocupações que militam contra e evitam a adoção de identidades baseadas em classe: preocupações sobre gênero, confissões religiosas, etnia, região e - no nível mais básico - a psicologia individual. O que afirmo, no entanto, é, em primeiro lugar, que muitas das divisões entre os trabalhadores podem ser explicadas sem o recurso do cultural ou pelo menos do puramente cultural e, pelo menos em parte, devem sua

explicação à natureza desigual do desenvolvimento econômico. Em segundo, que o domínio de um discurso em detrimento de outros, entre grupos específicos de trabalhadores, bem como o período deste domínio, freqüentemente, mas nem sempre, pode estar relacionado a fatores estruturais ou a conjunturas externas – onde as pessoas moram, o tipo de trabalho que exercem, como são tratados pelos empregadores e pelo Estado, como essas variáveis mudam/ou mudaram. Há de fato um mundo de liberdade, há escolhas políticas a serem feitas.

Mas o mundo da política é ocupado não apenas por discursos, mas também por constituições, exércitos, polícia, partidos, parlamentos; e freqüentemente é o comportamento dessas agências que faz com que um discurso tenha mais significado do que outro. (...). Podemos fazer previsões e adivinhações, com alguma fundamentação, sobre a provável composição dos partidos socialistas europeus antes de 1914 ou sobre a provável incidência de greves, o que nos retira do mundo do discurso para as relações de exploração e poder além das fronteiras nacionais. Uma metodologia comparativa weberiana pode dar sentido – muito mais sentido que o nominalismo da singularidade pós-moderna – às regularidades interculturais (tanto quanto ao fragmento) no comportamento e na identidade da classe trabalhadora. Finalmente, a abertura do discurso aplica-se tanto às idntidades de classe como de não-classe; o que significa dizer que discursos sobre não-classe aparentemente podem se abrir à classe. Em poucas palavras, a inadequação de certas explicações formuladas em termos de estrutura econômica ou social não necessariamente precisam buscar a “cultura” para encontrar respostas.

O crescimento industrial, por exemplo, em todos os lugares, tem se caracterizado pelo desenvolvimento desigual – entre nações, regiões e localidades. No interior das fronteiras nacionais, a industrialização de algumas regiões foi e tem sido acompanhada pela desindustrialização de outras. Tomando alguns exemplos do século passado: não obstante o crescimento em larga escala da mineração e de indústrias metalúrgicas no Ruhr, e a expansão industrial nas cidades de Berlin e as da Saxônia, as vastas províncias agrárias da Alemanha permaneceram largamente intocadas por este processo, como aliás, boa parte do país ao sul do Rio Main. Na França, a região do Languedoc se desindustrializou, em contraste com Paris e o Noroeste; na Itália, o abismo que separou o *mezzogiorno* do triângulo Gênova-Milão-Turin cresceu sensivelmente. Diferenças em desenvolvi-

mento econômico regional foram ainda mais pronunciadas na Espanha, na Rússia e na Áustria-Hungria. A modernização tecnológica variou de um setor industrial a outro: a Alemanha, por exemplo, possuía um capital altamente intensivo em indústrias elétricas e químicas, mas não em manufatura de sapatos, mesmo nos anos 20, enquanto a França possuía um grande setor artesanal, mas estava à frente da produção europeia de automóveis e têxteis sintéticos antes de 1914. Tal modernização, e sua efetivação na prática, também variavam no interior do mesmo setor industrial. Isto ocorreu com a indústria do vestuário, em Tryes, como também na indústria de engenharia, em Bielefeld. Como consequência coexistiam forças de trabalho de estruturas bem diferentes.¹⁴ Elas ainda eram fragmentadas por hierarquia de pagamento, formas diferentes de pagamento para trabalhadores de colarinho azul ou branco, qualificação dos trabalhadores, ou pela duração do serviço ou antiguidade do trabalhador.

Algumas dessas diferenças se acentuaram no século XX. Ademais, empregadores adotaram estratégias para colocar trabalhadores contra trabalhadores, entre elas o direito a benefícios de seguridade a grupos específicos de empregados e a segregação das diferentes nacionalidades em colônias habitacionais. Assim, a ausência de uma "consciência de classe" unitária da classe trabalhadora foi provocada não apenas pela presença de outras identidades não de classe, nem apenas por fatores culturais, mas pela própria natureza da economia. A extensão da solidariedade também tende a aumentar em tempos de crescimento econômico e não em tempos de depressão, quando trabalhador se coloca contra trabalhador, homens contra mulheres, jovens contra velhos, empregados contra desempregados na luta pela manutenção ou obtenção de empregos, como se tornou evidente na Depressão de 1929-33 e na recessão dos anos 70 e 80.¹⁵

Naturalmente, tal fato não invalida a compreensão lingüística/cultural da não divisão e identidade de classe no trabalho. O que, por exemplo, não explica porque trabalhadores em empregos similares, em fábricas similares, algumas vezes se dividiram a partir de questões de confissão religiosa ou etnia na Alemanha Imperial (quando católicos e poloneses permaneceram distantes dos Sindicatos Livres "socialistas" e do SPD (Partido Social Democrata); ou porque outros superaram a diversidade do local de trabalho e identidades ocupacionais para aderir a um movimento falando a linguagem de classe. No entanto, é inegável que certas

estruturas informaram a opção pelo discurso socialista e não pelo liberal, pelo coletivista, e não pelo individualista. Os membros de praticamente todos os partidos trabalhistas (*Labour parties*, no original) ou socialistas na Europa eram predominantemente trabalhadores manuais assalariados no período anterior a 1960.

Com certeza tais determinações não implicam em que ser um trabalhador assalariado tivesse sido condição suficiente para determinar sua filiação ou participação nos partidos. A maioria dos trabalhadores jamais pertenceu ao movimento trabalhista organizado, embora crescentemente grandes números votassem socialista entre 1918 e 1950 na maior parte dos países europeus. O que indica, entretanto, que a escolha de um discurso político particular usualmente não era independente da posição social. Esta percepção – a centralidade do trabalho manual para o comportamento eleitoral – foi retomada por estudos sobre “trabalhadores afluentes” no Reino Unido, no início dos anos 60, e reforçada por semelhanças internacionais no comportamento da classe trabalhadora por longos períodos de tempo. Como no caso dos impressores ou estivadores (*dock workers*, no original). Os membros do sindicato ou do partido socialista em quase todos os lugares eram predominantemente qualificados e do sexo masculino antes de 1945. A maioria deles também vivia nas cidades e não nos campos, embora houvesse algumas variações regionais significativas (o vale do Pó e o sul da França). No entanto, essas variações podiam ser explicadas em termos de integração ao mercado capitalista e a fatores espaciais, i. e. variáveis estruturais assim como nas especificamente culturais. O fato de que a cultura social-democrática na Alemanha antes de 1945 fosse construída em tijolos e argamassa (assim como em uma cultura secularizada protestante) é indicado pela distribuição razoavelmente regular de níveis de apoio entre cidades de diferentes tamanhos e tipos de habitação, embora as variáveis confessionais e étnicas se mantivessem constantes.¹⁶ Agregue-se a esse fato, que a adesão ao catolicismo não foi suficiente para deter todos os trabalhadores católicos na Alemanha imperial de apoiar políticas socialistas. É verdade que o SPD (Partido Social Democrata) realizou apenas lentas incursões no voto católico de 1871 a 1914; mas onde o fez, não foi em vão. Foi mais bem sucedido com os católicos recém-chegados ao Ruhr, por exemplo do que em católicos estabelecidos nas comunidades da região, i.e. possuir uma “cultura” católica não era in-

dependente de outras variáveis.¹⁷ A percepção dessas regularidades, que a negação pós-moderna não tem condições de desacreditar, torna possível a atividade da explicação histórica. Weber estava certo – pelo menos em termos do método comparativo.

Eu seria o primeiro a concordar que isso não põe um ponto final ao assunto. As pessoas juntam-se a sindicatos e partidos políticos por diferentes razões. O discurso de muitas organizações da classe trabalhadora (sindicatos católicos e de empresas, o voto liberal) não era dominado por considerações de classe. Decididamente as maiores variações nacionais no comportamento da classe trabalhadora são encontradas precisamente no grau de apoio para políticas independentes da classe trabalhadora e políticas de classe. O liberalismo ou o populismo de grande número de trabalhadores britânicos pode ser contrastado com a força do SPD marxista e sua linguagem de classe, reproduzida no discurso diário de suas organizações culturais e com a fragilidade do liberalismo da classe trabalhadora na Alemanha antes da I Guerra Mundial. Nesse momento havia diferenças significativas nas escolhas políticas dos trabalhadores industriais que pareciam ultrapassar uma identidade uniforme como trabalhadores assalariados. Entretanto, havia diferenças no mundo "material" do trabalho inglês e alemão, especialmente em termos de habitação (a possibilidade de uma "modesta condição de moradia" no Reino Unido, por exemplo) e a força do mercado de trabalho (com os sindicatos britânicos alcançando muito mais sucesso nas lutas com os empregadores do que seus equivalentes alemães), o que pode, mas de forma alguma totalmente, explicar aquelas diferenças.

Concordo, porém, que um elemento essencial da escolha liberal ou socialista, da política baseada em classe ou interclasse, reside na esfera política. A esfera política foi construída, entretanto, não por um repertório de discursos, mas por estruturas políticas diferentes e distintas formas de governo. Nos casos alemão e britânico, anteriores a 1918, esse processo envolveu um contraste de regras semi-autoritárias com um governo parlamentar limitado, mas real, com maiores ou menores intervenções do Estado nas relações privadas e industriais, com relativamente mais ou menos repressão.¹⁸ Quer me parecer, no entanto, que é na comparação de estruturas e agentes econômicos, sociais e políticos, assim como de ideologias ou discursos, de diferentes nações, regiões, localidades e grupos sociais, que uma solução para nosso problema pode ser encontrada, que alguma medida da autonomia da linguagem e da cultura pode ser construída.

Não é casual que esta seja a conclusão de Ronald Aminzade em sua comparação com o desenvolvimento do trabalho em diferentes espaços urbanos na França. Levando em conta estruturas econômicas locais e alternativas institucionais, ele escreve sobre “a importância das relações de classe para dar forma a restrições e oportunidades” que se põem diante de atores políticos.¹⁹ Outro historiador do trabalho francês, Michael Hannagan, concorda que a linguagem só pode ser compreendida em um contexto político específico e percebe o significado de classe como algo que oscila em um fluxo entre importância e irrelevância.²⁰ A questão não se encontra no fato de que seja errado negar sempre a centralidade de classe, mas que seu significado como uma construção organizadora das vidas dos trabalhadores varia cronológica e espacialmente. Esta variabilidade frequentemente se explica em termos de diferentes estruturas ou conjunturas, econômicas e políticas, assim como, de linguagem e cultura, i. e. de uma comparação sistemática pode-se inferir variáveis de predição consistentes.

Indicamos anteriormente que os discursos que à primeira vista podem parecer distantes da classe, podem no entanto envolver a classe de forma mais ou menos óbvia. Dorothy Thompson e Neville Kirk, por exemplo, combinam leituras de classe e lingüísticas do Cartismo.²¹ Além disso, a possibilidade de múltiplas e simultâneas identidades amplia o problema de supostas identidades diferentes das de classe. Trabalhadores católicos em sua maioria podem ter rejeitado a social-democracia alemã; mas muitos deles juntaram-se aos trabalhadores socialistas nas ondas de greve no Ruhr, em 1905, e na Silésia Superior, em 1913, assim como na campanha de ampliar o número de adeptos ao socialismo (*socialisation*, no original) de 1919. Mais ainda, os sindicatos “cristãos” (católicos em sua maioria) da Alemanha Imperial, inicialmente liderados por padres, e se abstendo de uma ação industrial, passaram a se assemelhar progressivamente a seus rivais socialistas ao iniciarem greves e distribuindo o pagamento da greve. Na República de Weimar eles desempenharam um importante papel na criação de um frágil estado do bem-estar.²² Na França, os trabalhadores da região de Mazamet, votaram em candidatos conservadores e, no entanto, foram capazes de longos e difíceis conflitos industriais; e há alguma evidência de que membros de sindicatos controlados por empregadores na Alemanha votaram no SPD quando o voto

era secreto e de que, mais tarde, se envolveram em levantes da ultrasesquerda durante a guerra civil no Ruhr em 1920.²³ Na mesma área, poloneses formaram seu próprio sindicato e deram seu apoio político à causa do nacionalismo polonês; mas, desempenharam um importante papel na ação de greve e certamente percebiam sua identidade de classe. Na verdade ser um polonês no Ruhr antes de 1918 significava ser um trabalhador. Neste caso, a identidade nacional e de classe se reforçavam mutuamente, como aconteceria em muitas lutas coloniais subseqüentes.²⁴

A leitura de textos e de culturas, portanto, deve ser alargada e complementada por um estudo de ações; e há momentos nos quais as ações falam mais alto do que as palavras dos poetas trabalhadores. Isto parece especialmente relevante para a história de muitas mulheres e homens trabalhadores não qualificados que, freqüentemente, não possuíam os recursos para juntarem-se às organizações dos trabalhadores, embora tenham exercido uma atuação significativa e crescente no protesto informal, como também nas greves. Fato particularmente verdadeiro nos levantes sociais e políticos de 1917-23, quando uma população, antes silenciosa e aparentemente subalterna, irrompeu no palco do protesto em números sem precedentes. Mulheres trabalhadoras podem ter sido "postas de lado" na construção de classe realizada pela organização do trabalho predominantemente masculina; mas, suas ações indicam que também elas sabiam que eram trabalhadoras.²⁵ Assim, o estudo de textos, culturas, ações e organizações precisa ser complementado por uma tentativa de compreender o silêncio e mesmo o imobilismo. Ao comparar as circunstâncias das diferenças (e não apenas observar a diferença), podemos chegar perto de uma compreensão que a insistência pós-modernista na diferença e na diversidade pode obscurecer.

Dessa forma, compreender o discurso do trabalho é um passo muito importante, mas não suficiente na reconstrução da história do trabalho. Precisamos saber como as pessoas viviam, o que faziam, quantos deles faziam. (Porque Stedman Jones, Joyce, Sewell e Reddy conhecem muito bem essas questões, eles podem fazer tão bem o que fazem). Nesse sentido, podemos e devemos aprender muitas coisas com a "virada lingüística". Mas "nos poupem" da "arrogância dos fazedores de palavras que pretendem ser os fazedores da realidade!" (John Toews).

As classes trabalhadoras européias no século XX

Até agora procurei questionar uma historiografia que relegou a classe a um lugar secundário na compreensão do trabalho. Gostaria agora de fazer alguns comentários, muito esquemáticos, sobre “classe” e as classes trabalhadoras no século XX na Europa.

1. Ao final do século XIX, e início do XX, em muitos países europeus emergiram organizações (algumas vezes anarco-sindicalistas, mas mais freqüentemente socialistas), que falavam a linguagem de classe e afirmavam representar especificamente os interesses da classe trabalhadora, i.e. os interesses coletivos de todos os que dependiam do salário. Em alguns países tornaram-se a expressão política dominante da identidade da classe trabalhadora, como na Áustria alemã e na própria Alemanha antes de 1914. Mesmo na Alemanha, entretanto, essas organizações tinham de competir com organizações de trabalhadores católicos, poloneses e “amarelos” (“pelegos”, ou subordinados aos empresários); na Holanda, com oponentes católicos e liberais, dentro da classe operária; e, em geral, jamais puderam afirmar que falavam pela totalidade do trabalho organizado, quanto mais do não organizado. Em alguns lugares, principalmente na Inglaterra, embora também freqüentemente na França e na Escandinávia, identidades e retóricas interclasse permaneceram tão ou mais importantes do que as atitudes específicas de classe, pelo menos no mundo da política; os poderosos sindicatos baseavam-se mais na solidariedade no emprego, do que em uma solidariedade de classe (especialmente evidente no caso de técnicos e mineiros qualificados, antes de 1914). Em todos os lugares os valores e os sonhos dos não-organizados permaneceram amplamente ocultos no silêncio.

2. Variações na força da identidade de classe independente (compreensão de um interesse de classe universal e de uma idéia de diferença em relação a outros grupos sociais) não foram aleatórias, mas relacionadas a fatores tais como o papel e a natureza do Estado (parlamentar ou autocrático), a disposição dos empregadores em reconhecer os sindicatos, a força ou a fragilidade dos partidos políticos liberais, a força ou a fragilidade da adesão religiosa, modelos de habitação (a possibilidade ou impossibilidade de uma “modesta condição de moradia”), e a presença ou ausência de uma indústria comercial de lazer para competir com formas de recreação com maior referência de classe.

3. Por um curto período de tempo na Europa continental a retórica de classe pareceu estar às vésperas de uma vitória nas revoluções na Rússia, Áustria, Alemanha e Hungria, em 1917/18/19, em ocupação de terra e de fábricas na Itália em 1919/20, em muitas das fortes ondas de greves que a Europa testemunhou antes de 1945 e no aumento espetacular tanto da força eleitoral dos partidos trabalhistas (*Labour Parties*, no original), e na participação dos sindicatos entre 1917 e 1922. Não por coincidência, isto ocorreu quando as forças tradicionais do controle social estavam seriamente enfraquecidas ao fim da I Guerra Mundial. O que permitiu ao *trabalho* encontrar condições mais favoráveis no mercado (embora temporariamente) no boom pós-guerra e quando grandes números de trabalhadores anteriormente não organizados (mulheres, trabalhadores rurais, trabalhadores de colarinho branco) juntaram-se às fileiras do protesto. Por um curto período de tempo a classe efetivamente apareceu como uma das formas, senão a forma dominante, da identidade de milhões de trabalhadores europeus. Mesmo nesse momento de apogeu, entretanto, as forças contra-revolucionárias foram capazes de restabelecer o controle. Não apenas porque o trabalho raramente esteve unido, como porque muitos trabalhadores não se identificavam ou se reconheciam em algum difuso conceito de classe, ou mais ainda em uma política revolucionária fundada na classe. Mesmo quando o fizeram, no entanto, freqüentemente a política colocou trabalhador contra trabalhador (sociais-democratas *versus* comunistas, ambos *versus* anarco-sindicalistas), como na Alemanha de Weimar e na França ou Espanha republicana, no período entre guerras.

4. Nos anos 20 e 30 a identidade do trabalho como "classe" separada permaneceu frágil e questionada. Mais trabalhadores industriais do que antes podem ter rompido com a política burguesa, como indicam os resultados eleitorais de muitos partidos trabalhistas europeus. Mas políticas de organização urbana e planejamento habitacional favoreceram a alguns trabalhadores a possibilidade de formação de comunidades de classe trabalhadora e de novas formas de lazer familiar privado; uma cultura popular de lazer (que não era própria de classe) penetrou crescentemente na vida diária dos trabalhadores (dos jovens, em particular), entre as guerras, embora sua expansão ainda fosse limitada pela pobreza real entre muitos grupos de trabalhadores europeus. As estruturas de solidariedade, sempre precárias, eram ameaçadas sob novas formas. O processo de não-solidariedade

riedade avançou rapidamente, pelo menos na Europa Central, pela experiência de desemprego em massa e de longa duração, que enrijeceu as divisões de geração e de gênero dentro da classe trabalhadora, e na Itália e na Alemanha pela ação dos regimes fascistas. Nesse período, o percentual de trabalho industrial da força de trabalho já havia começado a declinar, como também podia ser observado um aumento do emprego do colarinho branco e do trabalho feminino fora de casa. Assim, muitos desses fatores, que haviam minado a centralidade de classe na Europa Ocidental desde a II Guerra Mundial – a reestruturação e a “re-geração” da força de trabalho, a redução do tamanho do trabalho industrial, a chegada do consumismo e do lazer privado, o aumento na dimensão do bem-estar social e na qualidade das moradias, uma cultura comercial e popular sem classe – já estavam em cena mesmo antes de 1945. A ênfase pós-moderna na diversidade é claramente mais relevante para a compreensão da identidade da classe trabalhadora, mais em alguns momentos do que em outros; mas não deve ocultar o fato de que “classe” permaneceu o conceito organizador da política proletária para milhões de trabalhadores em muitos países europeus por mais de meio século.²⁶

5. Não é casual que o pós-modernismo tenha chegado na hora em que chegou. A crítica de classe, e outros grandes conceitos, estava localizada em um mundo no qual as meta-narrativas se tornavam cada vez mais insatisfatórias. Privatização, comercialização, consumismo, afluência relativa, bem-estar, trabalho informal, trabalho feminino e a desindustrialização questionaram a velha classe operária em muitas partes da Europa desde 1945 – embora o desemprego e a falta de moradia tenham gerado uma subclasse grandemente impotente e marginal (não o proletariado de Marx) nas nações pós-industriais –, as quais se tornaram em larga medida dependentes do trabalho do Terceiro Mundo. Os gostos e oportunidades, antes exclusivos das classes dominantes (viagem ao exterior, cozinha internacional), desceram por toda a escala social, embora escolhas específicas ainda expressem diferenças sociais, bem como recursos econômicos. Ao contrário, o que antes era primariamente gosto de classe operária (por exemplo, frequentar partidas de futebol) percorreu o caminho inverso. Ao mesmo tempo, a moda tornou-se indiferença para as classes, na maior parte das sociedades ocidentais, especialmente mediante os efeitos persuasivos da publicidade. Muito da diferenciação da cultura da classe trabalhadora foi substituída pela televisão universal, pela propriedade do carro e da casa. Na Grã-Bretanha

(mais precisamente na Inglaterra), os diferentes modos de falar e a linguagem de classe permanecem e se reproduzem diariamente. Na Europa Oriental ser trabalhador ainda significa alguma coisa. As chances na vida estão longe de serem iguais, mesmo na Europa Ocidental; e elas se tornaram ainda menores em lugares onde o Thatcherismo dominou, especialmente onde os regimes comunistas foram substituídos pelas forças livres do mercado. Mas, nesses casos, é evidente que os resíduos de classe estão ausentes em uma agenda para mudar o mundo. Na verdade, as próprias agendas são cada vez mais formuladas sobre questões que não necessariamente referem-se à especificidade de classe, mas que encontram apoio e oponentes nas divisões sociais (como meio-ambiente, bem-estar animal, gênero). A classe pode não ter desaparecido; mas certamente desapareceu sua prioridade. Não apenas porque a divisão do trabalho é agora global e não nacional, mas porque pelo menos no "Primeiro Mundo", o velho inimigo (capitalismo) está mais poderoso (material e ideologicamente) e, ao mesmo tempo, mais difuso e menos tangível do que nunca. A disjunção entre a nação política e o capitalismo internacional torna cada vez mais marginal a agenda nacional-política de classe, como foi classicamente formulada e facilmente compreendida na Europa entre 1850 e 1950.

Não é casual portanto que existam os Blairs e Schroeders da época atual.²⁷

Notas:

- ¹ A versão original deste texto será publicada em *Contemporary European History*, November, 2000.
- ² Texto apresentado aos Programas de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa Educação, História e Política –, e Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2000. Tradução de Ricardo Gaspar Muller (CFH/UFSC) e Maria Célia Marcondes de Moraes (CED/UFSC).
- ³ Dick Geary, *European Labour Protest, 1848-1939* (London, Croom Helm, 1981).
- ⁴ Dick Geary, *European Labour Politics from 1900 to the Depression* (London, Macmillan, 1991).

58 • Dick Geary

- 3 Dick Geary, 'Beer and Skittles? Workers and Culture in Germany in the early Twentieth Century', in *Australian Journal of Politics and History* (a ser publicado no 2º semestre (outono) de 2000).
- 4 Sobre a história de uma perspectiva pós-moderna ou a partir da "virada linguística" (ou comentários sobre elas), cf.: Hayden White, *Metahistory* (Baltimore, John Hopkins UP, 1973); *Ibid.*, *Tropics of Discourse* (Baltimore, John Hopkins UP, 1978); *Ibid.*, *The Content and the Form* (Baltimore, John Hopkins UP, 1987); Dominick La Capra and Steven L. Kaplan, *Modern European Intellectual History* (Ithaca, Cornell UP, 1982); Paul Ricoeur, *Time and Narrative* (Chicago, University of Chicago Press, 1984/85); Lynn Hunt, *The New Cultural History* (Berkeley, University of California Press, 1989); Derek Attridge, Geoff Bennington and Robert Young (eds), *Poststructuralism and the Question of History* (Cambridge, CUP, 1987); Keith Jenkins, *Re-Thinking History* (London, Routledge, 1991); David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Oxford, Basil Blackwell, 1989); Elizabeth Deeds Ermath, *Sequel to History: Postmodernism and the Crisis of Historical Time* (Princeton, Princeton UP, 1992); Michael S. Roth, *The Ironist's Cage: Memory, Trauma, and the Construction of History* (New York, Columbia UP, 1995); David D. Roberts, *Nothing But History: Reconstruction and Extremity after Metaphysics* (Berkeley, University of California Press, 1995); Roger Chartier, *On the Edge of the Cliff: History, Language and Practice* (Baltimore, John Hopkins UP, 1997); Alan Munslow, *Deconstructing History* (London, Routledge, 1997).
- 5 Cf. nota anterior. Ver também, Jacques Derrida, *Writing and Difference* (Chicago, University of Chicago Press, 1978); *Ibid.*, *Speech and Phenomena* (Evanston, Northwestern UP, 1973); Michel Foucault, *The Archaeology of Knowledge* (New York, Harper and Row, 1972); *Ibid.*, *The Order of Things* (New York, Random House, 1973); *Ibid.*, *Madness and Civilization* (London, Tavistock, 1973); *Ibid.*, *Counter-Memory, Practice* (Ithaca, Cornell UP, 1979); *Ibid.*, *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings* (Brighton, Harvester Press, 1980); Mark Poster, *Foucault, Marxism and History* (London, Polity Press, 1984); Jean-François Lyotard, *The Postmodern Condition* (Manchester, MUP, 1984).

A "virada lingüística", pós-modernismo e história... • 59

- 6 Michael Sonnenscher, *Natural Law, Politics, and the Eighteenth-Century French Trades* (Cambridge, CUP, 1989); William H. Sewell, *Work and Revolution in France* (Cambridge, CUP, 1980); William H. Sewell, *Structure and Mobility: The men and Women of Marseilles* (Cambridge, CUP, 1987); William M. Reddy, *The Rise of Market Culture* (Cambridge, CUP, 1984); Jacques Rancière, *La Parole Ouvrière* (Paris, Union Générale d'Éditions, 1976); Jacques Rancière, 'The Myth of the Artisan', *International Labour and Working-Class History* 24 (1983), pp.1-16; Jacques Rancière, *La nuit des prolétaires* (Paris, 1981); Mark Traugott, *Armies of the Poor* (Princeton NJ, Princeton UP, 1985). Para surveys dessa literatura, ver: Lenard Berlanstein, 'Working with Language: The Linguistic Turn in French Labour History', *Comparative Studies in Society and History* 33 (1991), 2, pp.426-40; James F. Mcmillan, 'Social History, "New Cultural History" and the Rediscovery of Politics', *Journal of Modern History* 66 (1994), 4, pp. 755-772; e "Introdução", in Lenard R. Berlanstein (ed.), *Rethinking Labour History* (Urbana and Chicago, University of Illinois, 1993), pp. 3-37.
- 7 Linda Colley, *Britons: Forging the Nation 1707-1837* (London, 1994); Sonya Rose, *Limited Livelihoods* (1992). Mais recentemente Rose definiu o significado de gênero em relação a outras identidades: 'Gender and Labor History', *International Review of Social History* 38 (1993), suplemento 1, pp. 145-62. Ver também Gareth Stedman Jones, *Languages of Class* (Cambridge, CUP, 1984); Patrick Joyce, *Visions of the People* (Cambridge, CUP, 1991); Patrick Joyce, *Democratic Subjects* (1994); James Vernon, *Politics and the People* (1993); John Benson, *The Rise of Consumer Society in Britain 1880-1980* (1994). Ver, especificamente, Joyce, *Visions*, p. 9.
- 8 John Breuilly, 'Artisan economy, ideology and politics' in *Ibid.*, *Labour and Liberalism in Nineteenth-Century Europe* (Manchester, Manchester UP, 1992), pp.115-59. Ver também David Gordon, *Merchants and Capitalists: Industrialization and Provincial Politics in Nineteenth-Century France* (Alabama, University of Alabama, 1985); Michael Hanagan, *Nascent Proletarians: Class Formation in Post-Revolutionary France* (Oxford, OUP, 1989). Para uma crítica mais profunda a Sewell, ver

60 • Dick Geary

- B. H. Moss, 'Republican Socialism and the Making of the Working Class in Britain, France and the United States', *Comparative Studies in Society and History* 35 (1993), 2, pp. 402 e seguintes, que enfatiza o significado da competição para a emergência de novas solidariedades, e questiona a leitura de Sewell dos textos do trabalho francês nos anos de 1830 e 1840.
- 9 Joyce, *Visions*, p. 333; Reddy, op. cit.
- 10 Esta é uma das proposições de Munslow, *Deconstructing History*.
- 11 Zellig Harris, 'Discourse Analysis', *Language* 28 (1952), pp. 1-30; T. A. Van Dijk, 'The study of discourse' in *Ibid.* (ed.), *Discourse as Structure and Process*, vol. i (London, Sage, 1997), pp. 1-34; M. A. K. Halliday, *Language as social semiotic* (London, Edward Arnold, 1978); M. A. K. Halliday and R. Hasan, *Language, Context and Text* (Geelong, Deakin UP, 1985); Norman Fairclough, *Language and Power* (London, Longman, 1989); Norman Fairclough, *Discourse and Social Change* (Cambridge, Polity Press, 1992); Norman Fairclough, *Critical Discourse Analysis* (London, Longman, 1995).
- 12 Dorothy Thompson, *The Chartists*; Dorothy Thompson, 'The Languages of Class', *Bulletin of the Society for the Study of Labour History* 52 (1987), 1, pp. 54-57; Dorothy Thompson, *Outsiders: Class, Gender and Nation* (1993); Neville Kirk (ed.), *Social Class and Marxism* (Ashgate: Bookfield, Vermont, 1996), p. 7; Axel Körner, *Das Lied von einer anderen Welt* (Campus Verlag: Frankfurt/Main, 1997); Dick Geary, 'Beer and Skittles? Workers and Culture in Early Twentieth-Century Germany', *Australian Journal of Politics and History* (outono de 2000).
- 13 Joyce, *Visions*, pp. 8 e 217.
- 14 Um estudo clássico do desenvolvimento desigual é o de F. B. Tipton, *Regional Variations in the Economic History of Germany* (Middleton, Conn., Wesleyan University Press, 1976). O tema também é central para Sydney Pollard, *Peaceful Conquest* (Cambridge, CUP, 1983). A importância da região é desenvolvida em ensaios sobre a França, Itália e Espanha em Dick Geary (ed.), *Labour and*

A "virada lingüística", pós-modernismo e história... • 61

- Socialist Movements in Europe before 1914* (Cheltenham Spa, Berg, 1989), e enfatizada por A. Cottureau in I. Katznelson and A. Zollberg (eds), *Working Class Formation* (Princeton NJ, Princeton UP, 1986). Sobre o desenvolvimento desigual da modernização em setores industriais específicos, ver Heidrun Homburg, 'Die Anfänge des Taylorsystems in Deutschland', *Geschichte und Gesellschaft* 4 (1978), 2, pp. 170 e seguintes; Karl Ditt, 'Technologogischer Wandel und Strukturveränderung der Fabrikgesellschaft in Bielefeld', Werner Conze and Ullrich Engelhardt (eds), *Arbeiter im Industrialisierungsprozess* (Stuttgart, Klett-Cotta, 1979); Michael Hanagan, *The Logic of Solidarity* (University of Illinois Press, Urbana, 1980), *passim*.
- 15 Hierarquias de salários são estudadas em Jürgen Kocka, *Unternehmerverwaltung und Angestelltenschaft* (Klett-Cotta: Stuttgart, 1969); e em Rudolf Vetterli, *Industriearbeit, Arbeiterbewusstsein und gewerkschaftliche Organisation* (Göttingen, Vandenhoeck, 1978).
- 16 Geary, *Labour Protest*, pp. 70-80; Adelheid von Saldern, 'Wer ging in die SPD?', in Gerhard A. Ritter (ed.), *Der Aufstieg der deutschen Arbeiterbewegung* (Munich, Oldenbourg, 1991), pp. 163-71; Bernhard Mann, 'Die SPD und die preussischen Landtagswahlen 1893-1913', Ritter, *Aufstieg*, p.41; Dieter Fricke, 'Die Entwicklung und Ausbreitung der Parteiorganisation der deutschen Sozialdemokratie', Ritter, *Aufstieg*, p.157; John Goldthorpe et al., *The Affluent Worker in the Class Structure*, 3 vols (Cambridge, CUP, 1968-69).
- 17 Karl Rohe, 'Die Ruhrgebietssozialdemokratie im Wilhelminischen Kaiserreich', Ritter, *Aufstieg*, pp. 325; Gerhard A. Ritter and Klaus Tenfelde, *Arbeiter im deutschen Kaiserreich* (Dietz Verlag: Bonn, 1992), pp. 598.; Wilfried Spohn, 'Religion and Working Class Formation' in *Politics and Society* 19 (1991), pp. 109-32; Dieter Groh, *Negative Integration und revolutionärer Attentismus* (Propylaen: Frankfurt/Main, 1973), pp.282; Gerhard A Ritter, *Die Arbeiterbewegung im wilhelminischen Deutschland* (Colloquium Verlag, 1989), pp. 73-78; Mann, 'SPD', p. 41. e seguintes.

62 • Dick Geary

- 18 O papel desses fatores é examinado em Dick Geary, *Labour Protest*, pp.47-70; *Ibid.*, 'Class in Germany, 1850-1930', *Bradford Occasional Papers* 9 (1988), pp.42-61.
- 19 Ronald Aminzade, *Class, Politics and Early Industrial Capitalism* (Albany, NY, 1981); *Ibid.*, *Ballots and Barricades* (Princeton, Princeton UP, 1993). Especificamente *ibid.*, 'Class Analysis, Politics and French Labour History', Lenard R. Berlanstein (ed.), *Rethinking Labor History* (Urbana, University of Illinois Press, 1993), p. 95.
- 20 Michael Hanagan, 'For Reconstruction in Labor History', in Berlanstein, pp.182-200.
- 21 Cf. nota 12 para Dorothy Thompson. Ver também Neville Kirk, *Social Class and Marxism* (Brookfield, Vermont, Ashgate, 1996), p.7.
- 22 Michael Schneider, *Die Christlichen Gewerkschaften* (Bonn, Dietz, 1992); William L. Patch, Jr., *Christian Trade Unions in the Weimar Republic* (New Haven, Yale UP. 1985).
- 23 Klaus Mattheier, *Die Gelben* (Düsseldorf, Droste, 1973); Dick Geary, 'The Industrial Bourgeoisie and Labour Relations in Germany, 1871-1933', David Blackbourn and Richard J. Evans (eds), *The German Bourgeoisie* (London, Routledge, 1990), pp.140-61.
- 24 Christoph Klessmann, *Polnische Bergarbeiter im Ruhrgebiet* (Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1978); John J. Kulczycki, *The Foreign Worker and the German Labour Movement* (Oxford, Berg, 1991).
- 25 Dick Geary, 'Revolutionary Berlin', Chris Wrigley (ed.), *Challenges of Labour* (London, Routledge, 1993), pp.24-50; Dick Geary, 'Rhein, Ruhr und Revolution, 1900-1923', *Mitteilungsblatt des Instituts zur Geschichte der europäischen Arbeiterbewegung* 7 (1984), pp.30-38.
- 26 Estas observações resumem os argumentos de meu *European Labour Protest*, *European Labour Politics* e de outros artigos, alguns dos quais são mencionados acima. Elaboraões mais profundas podem ser encontradas em Dick Geary, 'Working-Class

A "virada lingüística", pós-modernismo e história... • 63

Identities in Europe, 1850s-1930s' in *Australian Journal of Politics and History* 45 (1999), 1, pp. 20-34; e em Dick Geary, *Hope and Impotence: Aspects of German Labour, 1871-1933* (London, Pinter Press, 2000).

- 27 Goldthorpe, Op.cit; Hartmut Kaelble, *A Social History of Western Europe, 1880-1980* (Dublin, Gille Macmillan, 1990); William E. Paterson e Alastair H. Thomas (eds), *The Future of Social Democracy* (Oxford, OUP, 1986); Frances Fox Piven (ed.), *Labor Parties in Postindustrial Societies* (Cambridge, CUP, 1991); Eric Hobsbawm, *Age of Extremes* (London, Abacus, 1995), 302-309; Margaret Walsh and Chris Wrigley, 'Womanpower: the transformation of the UK and USA labour force since 1945' (paper apresentado na conferência sobre 'Comparative Labour History', University of Nottingham, November 1999); Stefan Berger and David Broughton (eds), *The Force of Labour: The Western European Labour Movement and the Working Class in the Twentieth Century* (Berg, Oxford, 1995).